



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Jyrki KATAINEN
Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade
Vice-Presidente da Comissão

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Ao longo de toda a minha vida profissional, fui um europeísta convicto que acredita firmemente no valor acrescentado do projeto europeu. Foi em particular durante o meu programa de intercâmbio de estudantes Erasmus, em 1995, que tomei consciência da importância da integração europeia. Esta experiência inestimável, tornada possível pela UE, constitui precisamente um dos principais exemplos do modo como a UE proporcionou aos cidadãos europeus oportunidades sem precedentes de viver, trabalhar e viajar em todo o nosso continente. Mas, acima de tudo, não podemos deixar de recordar que a União tem promovido a paz, a estabilidade e a prosperidade na Europa, conferindo-nos influência e responsabilidade a nível mundial. A base para a nossa cooperação reside nos nossos valores comuns, tal como consagrados nos Tratados. Estes valores devem continuar a ser respeitados e promovidos em todas as nossas políticas. A nossa principal tarefa deve consistir em construir uma UE que se ocupa das preocupações e prioridades dos nossos cidadãos. Este é o meu princípio condutor e a minha principal motivação.

Enquanto Ministro das Finanças, entre 2007 e 2011, trabalhei intensamente na procura de soluções para a crise económica e financeira sem precedentes. Contribuí ativamente para a definição das políticas da UE, nomeadamente como membro ativo do Conselho Europeu e, em paralelo, na minha qualidade de Primeiro-Ministro da Finlândia, um cargo que tive a honra de assumir de 2011 até junho de 2014. Estas experiências, conjugadas com mais de 15 anos como deputado do Parlamento finlandês, permitiram-me adquirir uma vasta experiência na conceção de políticas nacionais e europeias. Considero reunir agora as condições para pôr estes conhecimentos e experiência ao serviço dos cidadãos europeus, como membro da Comissão Europeu.

A minha ambição é e continuará a ser agir como elemento de ligação. Enquanto Primeiro-Ministro da Finlândia, dirigi um governo de coligação de seis partidos, que cobriam todo o espectro político. Pretendo prosseguir nesta via de criação de consensos, batendo-me para encontrar um terreno comum de entendimento sobre os desafios que exigem uma ação a nível da UE. Com base na minha experiência, estou convencido de que a melhor forma de a Europa emergir da crise consiste em enfrentar os nossos desafios em conjunto, unindo fronteiras, instituições e clivagens políticos.

Na nova Comissão, o meu papel seria o de chefe de equipa, coordenador e elemento de ligação que trabalha de forma construtiva e leal com outros membros da equipa num espírito de colegialidade e dependência mútua. O meu principal objetivo como Vice-Presidente responsável pelo Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade será o de ajudar a apoiar uma recuperação económica mais sólida e duradoura, criar mais postos de trabalho, estimular o investimento na economia real e reforçar a competitividade da Europa. Para a sua concretização, uma prioridade fundamental, tanto a curto como a longo prazo, será a de colocar especial ênfase na criação de condições gerais adequadas e na adoção de medidas políticas favoráveis ao crescimento sustentável e à criação de emprego. O Presidente Jean-Claude Juncker propôs alterações significativas à Comissão Europeia. A tónica será colocada em projetos prioritários para o emprego e o crescimento em que os membros do colégio trabalharão juntos, em equipa, coordenados pelos vice-presidentes. Creio que esta linha de conduta proporciona à Comissão Europeia e às instituições da UE, no se conjunto, a oportunidade de se centrarem naquilo que é considerado mais relevante para todos os nossos cidadãos europeus. Para mim seria uma honra participar neste novo início. Temos uma tarefa difícil pela frente e farei o possível para contribuir de forma construtiva para esta nova forma de trabalhar em colaboração. Neste sentido, espero manter um diálogo periódico com o Parlamento Europeu, que representa a voz dos cidadãos da UE, para avançar neste programa a favor do crescimento e do emprego.

No desempenho das minhas futuras funções, comprometo-me a continuar a respeitar plenamente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e integridade, imparcialidade e disponibilidade (tal como definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Declaro solenemente que continuarei a respeitar os princípios de ética enunciados nos artigos acima referidos, bem como o Código de Conduta dos Comissários.

Em conformidade com as regras estabelecidas no Código de Conduta dos Comissários, atualizei e disponibilizei ao público a minha declaração de interesses. Caso se verifiquem alterações, atualizá-la-ei de imediato.

Comprometo-me igualmente a evitar qualquer posição ou situação que possam pôr em causa a minha independência, imparcialidade e disponibilidade em relação à Comissão. Abster-me-ei de quaisquer outros mandatos públicos e de exercer qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não. Comprometo-me a informar de imediato o Presidente da Comissão Europeia caso venha a surgir uma situação que implique um potencial conflito de interesses no exercício das minhas funções oficiais.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

A Comissão Juncker será uma Comissão sólida e concentrada nos seus objetivos, que assentará numa considerável experiência política e num empenho na mudança. Coloca a tónica na colegialidade e em ser «maior e mais ambiciosa nas coisas de grande importância e mais pequena e mais modesta em coisas de menor importância». O Vice-Presidente responsável pelo Emprego, o Crescimento, o Investimento e a Competitividade tem um papel fundamental a desempenhar a este respeito, e a minha experiência política — nomeadamente como Primeiro-Ministro de uma coligação de seis partidos — permitir-me-á desempenhar esse papel.

Se for confirmado, ficaria incumbido de coordenar projetos que refletem verdadeiramente as prioridades colegiais e europeias. Procurarei garantir, juntamente com os colegas competentes, que os esforços sejam dirigidos para onde são mais necessários. Vejo o meu papel como chefe de equipa, coordenador e elemento de ligação nesse processo. A minha experiência passada ensinou-me o valor da tomada de decisões colegial como meio de ter em conta todos os aspetos e assegurar uma assunção por todos das decisões tomadas.

É meu objetivo promover uma compreensão partilhada entre os diferentes Comissários sobre o programa a realizar, a fim de recolher pontos de vista diversos, identificar eventuais lacunas e assegurar que seja encontrada uma abordagem e um entendimento comuns relativamente às nossas propostas e atividades no futuro. Procurarei obter a maior visibilidade e ambição possíveis para a máxima prioridade europeia, isto é, a promoção do emprego, do crescimento e da competitividade na Europa.

A estrutura interinstitucional da UE exige uma confiança e abertura mútuas. Este elemento é fundamental para que o Parlamento possa exercer a sua supervisão democrática com eficácia. Neste espírito, comprometo-me a encetar um diálogo construtivo e regular com o Parlamento Europeu.

Tenciono desenvolver uma relação de trabalho muito estreita com o Parlamento Europeu e as suas comissões. Esta relação será concretizada através da minha participação regular nas sessões plenárias e nas reuniões das comissões, através de um fluxo frequente e direto de informações, em especial com os presidentes das comissões parlamentares relevantes e através da minha disponibilidade para participar em debates informais e em contactos bilaterais com os membros do Parlamento Europeu.

Exercerei a minha função de gestão e organização da representação da Comissão nos meus âmbitos de responsabilidade de tal forma que a presença política da Comissão seja máxima nas reuniões das comissões e nas negociações do diálogo tripartido. A este respeito, os novos métodos de trabalho da Comissão e o papel de coordenador dos Vice-Presidentes devem proporcionar um valor acrescentado importante para a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

O Parlamento Europeu é o representante dos cidadãos da União Europeia e, por conseguinte, uma fonte essencial de legitimidade. A Comissão responde perante o Parlamento Europeu e depende do seu apoio político. Para mim, é muito importante essa responsabilidade e, se for confirmado, como membro da Comissão continuarei a levar essa responsabilidade muito a sério. Sem prejuízo do princípio da colegialidade — que esta Comissão e a função de Vice-Presidente procura reforçar, aceito igualmente a minha responsabilidade política pessoal nos domínios que me foram atribuídos, em conformidade com o Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

No que diz respeito ao seguimento dado às posições e pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do acordo-quadro e, nas áreas da minha competência, assegurarei que a

Comissão responda às resoluções parlamentares ou aos pedidos formulados ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, no prazo de 3 meses após a sua adoção. Neste contexto, apoio e aprovo plenamente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Juncker no sentido de que a futura Comissão prestará especial atenção aos relatórios de iniciativa legislativa. Apoio e comprometo-me a aplicar plenamente o princípio da igualdade de tratamento entre o Parlamento Europeu e o Conselho no que respeita ao acesso às reuniões ou ao fluxo de informações, em conformidade com as disposições do acordo-quadro.

Perguntas da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

3. Pacote «investimento»

Como tenciona, nos próximos três meses, apresentar o pacote «investimento» anunciado nas orientações políticas formuladas pelo recém-eleito Presidente da Comissão? Que medidas concretas vai tomar? Que instrumentos utilizará e/ou criará nessa perspetiva? Como tenciona associar o Parlamento Europeu?

O lançamento de um ambicioso Pacote de Emprego, Crescimento e Investimento será a primeira prioridade para a nova Comissão.

O investimento diminuiu drasticamente durante a crise e continua a ser reduzido. A falta de investimento reflete um comportamento mais prudente em termos de concessão de empréstimos de um sistema bancário deteriorado, a incerteza política e uma certa debilidade da procura agregada. É necessária urgentemente uma ação decisiva a fim de criar um ambiente financeiro adequado e um quadro regulamentar específico setorial para o investimento privado e de garantir a melhor utilização possível dos recursos públicos nacionais e da UE.

Nem a oferta nem a procura podem, por si só, resolver este problema. Este pacote deveria ser abrangente, a fim de estimular os investimentos, tanto do setor público como do setor privado, a nível da UE e a nível nacional.

É, portanto, minha intenção concretizar este pacote, mobilizando todos os instrumentos disponíveis a nível da UE e a nível nacional, que permitirão dar resposta ao problema de forma firme e determinada. O pacote deveria ser orientado para os investimentos que garantam um elevado rendimento económico e social. Devem ser identificados os projetos adequados e acelerar os projetos em curso.

No que se refere a uma melhor utilização dos recursos públicos disponíveis a nível nacional e da UE, tenciono promover uma melhor utilização dos fundos orçamentais da UE, melhorar e maximizar o papel do BEI e dos bancos de investimento públicos nacionais e garantir que a composição da consolidação orçamental seja favorável ao investimento:

- a nível da UE, temos de garantir que os fundos disponíveis sejam utilizados de forma mais eficaz no apoio ao investimento, o que pode incluir a utilização de instrumentos financeiros inovadores. A Comissão está em fase de conclusão da programação e trabalharei com os meus colegas e com os Estados-Membros para incentivar a concentração num crescimento gerador de emprego. A revisão intercalar do quadro financeiro plurianual, agendada para o final de 2016, na qual apoiarei a Vice-Presidente responsável pelo Orçamento e Recursos Humanos, constituirá uma importante oportunidade para reforçar ainda mais a tónica do orçamento da UE no emprego, no crescimento, no investimento e na competitividade. Tenciono igualmente manter uma colaboração estreita com o BEI a fim de identificar possíveis formas de reforçar o papel deste no estímulo ao investimento.

- a nível nacional, precisamos de estudar formas de melhorar a qualidade da despesa pública e de outros instrumentos, tais como os bancos de investimento públicos nacionais. No que diz respeito à utilização dos orçamentos nacionais a favor do crescimento e do investimento, trabalharei com os meus futuros colegas no sentido de os Estados-Membros respeitarem o Pacto de Estabilidade e Crescimento, aproveitando ao máximo a flexibilidade introduzida nas regras do Pacto atual.

Tenciono também contribuir para criar os adequados incentivos regulamentares ao investimento privado. Para o efeito, fomentarei a aplicação das reformas adequadas a nível nacional para eliminar os obstáculos ao investimento e procurarei promover a finalização do mercado único em setores essenciais, desde a energia à economia digital, em estreita cooperação com os outros Vice-Presidentes responsáveis. Tais medidas proporcionarão os incentivos adequados para o crescimento e a criação de emprego. Também trabalharei em estreita cooperação com os meus colegas Comissários, a fim de criar uma união dos mercados de capitais que permita que a regulamentação do setor financeiro ajude a facilitar um financiamento da economia real. Em especial, tal incluirá, designadamente, os seguintes elementos:

- aplicar reformas conducentes ao crescimento e ao emprego, incluindo a prossecução da realização do mercado único: As reformas adequadas podem contribuir para criar as condições gerais para o investimento privado e restabelecer a confiança dos investidores. Mercados competitivos, uma regulamentação eficaz, acordos de boa governação e um bom funcionamento

da administração e do sistema de contratos públicos são fatores importantes nesta matéria. O estabelecimento de um quadro regulamentar justo, eficiente e previsível é de importância crucial, especialmente para as indústrias de rede, que se caracterizam por horizontes de investimento a longo prazo e por importantes investimentos iniciais. Em colaboração com os meus futuros colegas, tenciono contribuir com propostas concretas para a eliminação de estrangulamentos regulamentares, para o aumento da segurança e para melhorar a confiança de modo a mobilizar os investimentos em setores fundamentais como a energia, as telecomunicações ou os transportes. Além disso, tenciono contribuir para aprofundar o quadro da governação económica da UE para reforçar a apropriação e o empenhamento dos Estados-Membros na implementação dessas reformas.

- completar a união bancária e criar a união dos mercados de capitais: A implementação da união bancária, em que trabalharei em estreita colaboração com o Comissário indigitado responsável pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais será um passo importante para ultrapassar a fragmentação financeira e assegurar que os projetos sólidos obtenham o financiamento que merecem. Para desenvolver um sistema financeiro mais diversificado, temos de eliminar os obstáculos ao financiamento do mercado de capitais. Lançar uma titularização de grande qualidade, pode desempenhar um papel importante neste sentido.

Todas estas ações, no seu conjunto, que têm de ser desenvolvidas e traduzidas em iniciativas concretas após um trabalho aprofundado e um debate no seio da Comissão, configuram um projeto ambicioso para estimular o investimento na Europa. Serão incluídas tanto medidas legislativas como não legislativas numa amplo leque de domínios. O Parlamento Europeu será um parceiro fundamental para tornar esta abordagem global uma realidade. Estimular o investimento na Europa exige um amplo consenso, assim como uma sólida legitimidade e responsabilidade democráticas. Tenciono proceder a um intercâmbio regular de pontos de vista com o Parlamento Europeu tanto sobre o pacote, no seu conjunto, como sobre iniciativas concretas dele decorrentes.

4. Competitividade

O emprego, o crescimento, o investimento e a competitividade estão no cerne das recomendações por país, mas os Estados-Membros têm sido lentos na implementação dessas recomendações. Que tem de ser feito nesse domínio? Como tenciona melhorar a posição competitiva da Europa na economia global? Tendo em vista este objetivo, como perspetiva o seu papel nas diversas áreas de competências sob a sua responsabilidade, entre outras, a criação de um clima de empreendedorismo que constitui condição prévia para a criação de emprego na União Europeia? Que medidas concretas tenciona tomar para promover um melhor ambiente de empreendedorismo?

Ao longo dos últimos dois anos, alguns dos países do mundo que mais reformas realizaram são europeus. Foram implementadas reformas substanciais, ou estão em curso, que seguem estritamente as recomendações específicas por país anuais propostas pela Comissão no contexto do Semestre Europeu. Essas recomendações constituem, em muitos Estados-Membros, orientações políticas fundamentais. Os esforços realizados começaram a dar os seus frutos. A estabilidade macroeconómica é uma condição prévia para qualquer decisão de investimento e de emprego, portanto trata-se de um resultado importante. Em especial, registaram-se progressos tangíveis na manutenção da consolidação orçamental. Esta pode ser observada no número de Estados-Membros que saiu do procedimento relativo aos défices excessivos. O número de Estados-Membros objeto de um procedimento relativo aos défices excessivos reduziu-se em mais de metade desde 2011, passando de 24 para 11. Foram também tomadas medidas para reformar as políticas de emprego através, por exemplo, da mobilização de políticas ativas do mercado de trabalho e da criação das Garantias para a Juventude.

Em minha opinião, os esforços em termos de reforma foram mais limitados em matéria de fiscalidade, nomeadamente no que respeita à redução da cunha fiscal sobre o trabalho, no domínio dos mercados de produtos e de serviços e das indústrias de rede, bem como sobre as medidas destinadas a melhorar o ambiente empresarial e as condições de enquadramento para a I&D e a inovação. Os Estados-Membros podem envidar mais esforços para melhorar a cobertura e o desempenho dos sistemas de educação e segurança social, bem como para melhorar a eficiência da administração pública. A crise tem um grande impacto sobre o emprego e a coesão social. Tal facto é demonstrado pelas taxas de desemprego inaceitavelmente elevadas, sobretudo entre os jovens, assim como pelos níveis crescentes de pobreza e exclusão social em muitos países. O nível de endividamento público e privado continua a ser muito elevado em vários países,

bem como em muitos setores da economia. Além disso, as condições de financiamento continuam a ser muito difíceis em muitas partes da Europa, nomeadamente a favor das PME e das empresas em fase de arranque, e o mercado de crédito da área do euro continua ainda altamente fragmentado. Olhando para o futuro, será um desafio importante tornar as recomendações específicas por país, um instrumento mais eficaz.

O reforço da competitividade não decorrerá de uma só medida, nem de uma só região, mas sim do facto de reunir e orientar todos os esforços de reforma a nível nacional e da UE, com o fim de assegurar a previsibilidade do ambiente macroeconómico, de modo a reforçar o mercado único, desenvolver o espírito empresarial, incentivar os investimentos nos domínios da educação, das infraestruturas e das novas tecnologias e assegurar a atratividade da UE como localização de produção e de investimento. Através de uma grande variedade de ações devemos promover um clima empresarial favorável ao crescimento, em especial para as PME e uma administração pública moderna. Temos de ajudar as empresas a tirar o melhor partido das oportunidades transfronteiras, tanto no mercado único como fora da UE, colocando-as em melhor posição para criar postos de trabalho. Precisamos de promover uma política de futuro em matéria de política comercial e da convergência internacional das normas e regulamentações. Com a previsão de que 90 % do crescimento mundial se produzirá nos países fora da Europa até 2015, o acesso aos mercados dos países terceiros permanecerá um elemento fundamental para a competitividade da Europa. Resolver o problema das barreiras não pautais ao comércio é cada vez mais importante para a abertura dos mercados, mas também para defender os interesses da UE e a promoção ativa de condições de concorrência equitativas noutros mercados.

Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

5. Métodos de trabalho

Como perspetiva o cargo de Vice-Presidente competente para o Emprego, o Crescimento, o Investimento e a Competitividade que exercerá ao longo do próximo mandato? Como exercerá o seu direito a influenciar iniciativas apresentadas pelo Comissário competente para o Emprego, os Assuntos Sociais, as Qualificações e a Mobilidade do Trabalho? [Ver a carta de missão que Jean-Claude Juncker lhe dirigiu: «Por via de regra, não incluirei qualquer nova iniciativa no Programa de Trabalho da Comissão, nem a inscreverei na agenda do Colégio, sem que me tenha sido recomendada por um dos Vice-Presidentes com base em argumentos sólidos e numa exposição clara de que essa iniciativa é coerente com os projetos prioritários das Orientações Políticas. »] Como tenciona melhorar o envolvimento do Parlamento Europeu na elaboração de atos delegados, nomeadamente no que diz respeito à informação e ao acesso a reuniões de peritos? Compromete-se a melhorar a transmissão de documentos relativos à legislação derivada e à «comitologia»?

O papel dos Vice-Presidentes e dos Comissários será o concretizar o Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática. A cada Vice-Presidente foram atribuídas áreas de responsabilidade precisas e estes terão de assegurar uma coordenação e cooperação eficazes no seio do colégio. Trata-se de trabalhar como uma equipa, com base na colegialidade, no interesse da Europa. Este será o princípio orientador durante todo o mandato. Trabalharei em estreita cooperação com todos os Comissários pertinentes, a fim de ajudar a estimular o crescimento e o emprego em toda a União Europeia.

Se for confirmado no cargo de Vice-Presidente para o Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, centrar-me-ei na coerência e na eficácia e agirei como elemento de ligação. Enquanto Primeiro-Ministro da Finlândia, dirigi um governo resultante de uma coligação muito ampla, que cobria todo o espectro político. Pretendo prosseguir nesta via da criação de consensos, batendo-me para encontrar as respostas mais adequadas aos desafios que exigem uma ação a nível da UE. Com base na minha experiência pessoal, estou convicto de que servir os interesses dos cidadãos europeus exige um trabalho que ultrapasse as fronteiras, as instituições e as clivagens políticas.

Procurarei garantir que todas as comissões parlamentares relevantes, incluindo a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sejam plenamente informadas em simultâneo com o Conselho sobre quaisquer desenvolvimentos importantes. Também estarei disponível para assistir regularmente às reuniões da vossa comissão. Farei ainda tudo o que estiver ao meu alcance para estar à vossa disposição para reuniões bilaterais. Solicitarei os meus colegas para prestar-vos assistência e dar explicações pormenorizadas sobre os atos legislativos, não legislativos, os atos delegados e de execução, incluindo sobre a respetiva implementação.

Estou ciente de que a distinção entre atos delegados e atos de execução conduziu a certas controvérsias interinstitucionais no processo legislativo ao longo dos últimos anos. Trata-se de um assunto de interesse comum a todas as instituições e devemos trabalhar em conjunto para encontrar soluções conjuntas, respeitadoras dos tratados. Estão em curso reflexões sobre a forma de garantir uma maior apropriação e transparência. Declaro o meu pleno apoio a esses esforços. Considero que estes devem ser prosseguidos a nível horizontal na Comissão, uma vez que afetam todas as pelouros e são de natureza interinstitucional.

Nas áreas sob a minha responsabilidade, os meus colegas e eu próprio garantiremos que os compromissos existentes da Comissão estão em conformidade com o Entendimento Comum sobre os Atos Delegados e que o Acordo-Quadro com o Parlamento Europeu é plenamente respeitado. Isto diz respeito, em especial, ao compromisso de realizar consultas oportunas e transparentes a nível de peritos na preparação dos atos delegados e de garantir que o Parlamento e os Estados-Membros recebam as informações pertinentes. Implica igualmente o respeito integral das disposições do acordo-quadro em relação à participação dos peritos do Parlamento em reuniões de grupos de peritos. Tal deverá igualmente facilitar o controlo do Parlamento, em especial no caso dos atos delegados, sobre os quais o Parlamento dispõe de direitos de controlo ex post. Relativamente aos atos de execução, as regras estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 182/2011 devem ser respeitadas e a transparência é assegurada através do Registo de Comitologia.

6. Prioridades

Quais são as prioridades que tenciona fazer avançar, no âmbito das suas responsabilidades, no que diz respeito à crise social e do emprego, nomeadamente do desemprego dos jovens, que afeta vários Estados-Membros? Que fará para melhorar a dimensão social e do emprego da Estratégia Europa 2020 e para alcançar o seu objetivo de criar efetivamente postos de trabalho de qualidade? Como concebe o equilíbrio entre as liberdades económicas e os direitos sociais fundamentais na Europa? Como tenciona assegurar a declaração do Presidente Juncker nas suas Orientações Políticas de que «o dumping social não tem lugar na União Europeia», e de que «o mesmo trabalho no mesmo lugar deve ser remunerado da mesma maneira»? Quais são as iniciativas específicas, legislativas e não legislativas que, no domínio do «Emprego, Assuntos Sociais, Qualificações e Mobilidade do Trabalho» tenciona apresentar juntamente com a Comissária Designada Thyssen, e de acordo com que calendário?

O desemprego é elevado e, em muitas partes da Europa, continua a ser inaceitavelmente elevado. Estou especialmente preocupado com o número de jovens que têm dificuldade em encontrar trabalho, que se encontram desprovidos das competências, formação e instrução adequadas. Estou igualmente muito preocupado com a situação das pessoas que se encontram em situação de desemprego de longa duração. Tenciono trabalhar incansavelmente para tentar inverter estas tendências. A Europa não se pode dar-se ao luxo de desperdiçar talento.

Na Europa, uma economia social de mercado altamente competitiva, que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social, constitui um objetivo explícito do Tratado, que é refletido no objetivo da estratégia Europa 2020 de uma taxa de emprego de 75 % a nível da União. Reforçar a criação de emprego é a primeira prioridade do meu pelouro e a primeira prioridade nas orientações políticas do Presidente eleito Juncker. Temos a responsabilidade de alcançar este objetivo.

Os níveis de emprego são, em grande medida, impulsionados por fatores macroeconómicos e os Tratados conferem à União competência limitada no domínio das políticas de emprego. É por esta razão que o meu papel de coordenação nos domínios do emprego, do crescimento, do investimento e da competitividade é particularmente importante. Precisamos de mobilizar todos os instrumentos possíveis para responder às expectativas dos nossos cidadãos. A nossa principal responsabilidade no domínio do emprego é a de coordenar e apoiar mais eficazmente os esforços dos Estados-Membros, utilizando o quadro de governação recentemente reforçado, com especial atenção à dimensão do emprego do processo do Semestre Europeu e às recomendações específicas por país.

Segundo a minha opinião, existem quatro prioridades imediatas:

- devemos investir no capital humano, modernizar os nossos sistemas de ensino e formação, nomeadamente nos níveis intermédios e profissionais para que os cidadãos da UE disponham de competências de elevada qualidade. Devemos reforçar a cultura do empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social, e promover a competitividade através da criação de empregos altamente qualificados e de alta qualidade.

- Devemos fazer com que o ensino e a formação correspondam às necessidades atuais e futuras das nossas empresas e sociedades em geral e intensificar esforços para tornar mais fácil a transição do ensino para o mundo do trabalho. A Garantia para a Juventude é um instrumento fundamental para ajudar a combater o desemprego dos jovens. O desenvolvimento e o estabelecimento da Garantia para a Juventude em toda a UE exige uma estreita cooperação entre todas as partes interessadas. Temos de garantir que a implementação da Garantia para a juventude com o apoio financeiro da Iniciativa para o emprego dos jovens seja eficaz e produza resultados tangíveis. A sua aplicação deve, por conseguinte, ser acelerada e alargada progressivamente, de forma a garantir que esteja disponível onde é mais necessária.

- Devemos promover um mercado de trabalho mais reativo, aberto e inclusivo. Tal implica melhorar a eficácia das políticas ativas do mercado de trabalho e os serviços públicos de emprego, combater a segmentação do mercado de trabalho através da modernização da legislação de proteção do emprego, apoiando a evolução das carreiras e a mobilidade profissional. As nossas políticas devem prestar atenção às necessidades dos nossos cidadãos e evitar a exclusão social.

- Precisamos de sistemas de segurança social sustentáveis do ponto de vista financeiro e social para oferecer uma proteção eficaz aos cidadãos da UE, quando e onde for necessário. A segurança social é um investimento para a nossa prosperidade e para a defesa da justiça social. Ao mesmo tempo, o envelhecimento da população está a exercer uma pressão extrema sobre os nossos sistemas de proteção social. Temos de modernizar os nossos sistemas de proteção social, definindo melhor os seus destinatários e tornando-os mais eficazes para o futuro. Também desejo garantir que a promoção de políticas que apoiam os grupos vulneráveis e lutam contra a exclusão social e a pobreza se encontram num lugar proeminente da agenda da Comissão.

A UE mantém objetivos sociais importantes, como «a melhoria constante das condições de vida e de trabalho das pessoas» e assegurar o progresso social. Mais especificamente, um conjunto de direitos e princípios consagrados na Carta dos direitos fundamentais são de relevância direta para o direito do trabalho e as condições laborais.

O Presidente eleito Juncker declarou, em julho, que o «dumping social não tem lugar na União Europeia». Neste contexto, será crucial a implementação e a aplicação efetivas da recentemente adotada Diretiva de execução relativa ao destacamento de trabalhadores, que aumenta e reforça consideravelmente os instrumentos e os mecanismos existentes para combater os abusos e a evasão às regras aplicáveis. O Presidente eleito Juncker anunciou igualmente uma revisão seletiva da referida diretiva. Não deixarei de apoiar o combate ao trabalho não declarado, que constitui outro meio importante para ajudar a melhorar as condições de trabalho das pessoas.

No que diz respeito à remuneração, não devemos esquecer que a igualdade de remuneração para trabalho igual é um dos princípios fundadores da União Europeia, definido nos Tratados, desde 1957. É essencial garantir que todos tenham uma oportunidade justa e equitativa de participar no mercado de trabalho. Eu apoio plenamente o apelo do Presidente eleito para que avancemos neste domínio.

Um dos principais objetivos da próxima Comissão consistirá em utilizar todos os instrumentos políticos, jurídicos e financeiros para, com um novo impulso, alcançar os objetivos estabelecidos em 2010 na Estratégia Europa 2020. A fim de obter resultados tangíveis, é necessário ponderar iniciativas destinadas a fomentar a criação de emprego pelas empresas, resolver as inadequações em matéria de qualificações e melhorar a nossa competitividade. Um ambicioso pacote a favor do emprego, do crescimento e do investimento, que congregue recursos públicos e privados será um dos primeiros atos da nova Comissão. Temos de avançar rapidamente e de forma inteligente. A revisão intercalar da Estratégia Europa 2020 utilizará os resultados da presente consulta pública, as reflexões da Comissão e os contributos recebidos.

A Comissão apresentou uma Comunicação intitulada «Reforçar a dimensão social da União Económica e Monetária». Continuaremos a desenvolver a nossa base factual através do quadro de indicadores sociais e de emprego e a reforçar a nossa cooperação com os parlamentos nacionais, os parceiros sociais e todas as partes interessadas pertinentes, a fim de garantir a identificação com o projeto e a obtenção de resultados. É fundamental, tal como estabelecido pelo Presidente eleito nas suas orientações políticas, que, no futuro, qualquer programa de reforma e de apoio aos países da área do euro em dificuldades seja não apenas objeto de uma avaliação da sustentabilidade orçamental, mas também de uma avaliação do impacto social.

Concordo sem reservas com o Presidente eleito Juncker que a livre circulação de trabalhadores sempre foi um dos principais pilares do mercado interno e oferece grandes oportunidades aos cidadãos e à nossa economia. Uma maior mobilidade da mão de obra na UE terá também um efeito positivo na nossa competitividade internacional. Assim, prosseguirei a modernização e a reforma das nossas ferramentas e instrumentos de modo a apoiar o emprego e a correspondência entre candidatos e ofertas de emprego através da mobilidade. Juntamente com os meus colegas, trabalharei em conjunto com as autoridades nacionais para garantir que as regras vigentes são bem compreendidas e implementadas, e para as ajudar a combater abusos ou pedidos fraudulentos.

Desejo trabalhar em estreita colaboração com os meus colegas do Colégio, a fim de garantir a coerência entre as políticas sociais e as políticas económicas.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia:

7. Prioridades

Quais são as principais prioridades que tenciona fazer avançar enquanto parte da pasta para que é indigitado, tendo em conta a tónica a colocar sobre o emprego, o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento sustentável? Que calendário prevê para realizar essas prioridades? Quais são as iniciativas específicas, legislativas e não legislativas, que tenciona apresentar e de acordo com que calendário? Como garantirá pessoalmente a boa qualidade das propostas legislativas, a plena transparência das atividades de lobbying (dirigidas a si ou aos seus serviços), e a consulta coerente e equilibrada às partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de realizar análises de impacto exaustivas?

As minhas duas prioridades mais imediatas são a apresentação, com a maior brevidade, de um ambicioso pacote a favor do emprego, do crescimento e do investimento, bem como a revisão intercalar da Estratégia Europa 2020. Tal como acima referido, estas prioridades exigem a mobilização de todos os instrumentos disponíveis, incluindo as reformas que permitam desbloquear o potencial de crescimento, a adoção de políticas orçamentais inteligentes e sustentáveis e adoção de ações destinadas a eliminar os estrangulamentos regulamentares em setores fundamentais.

O pacote a favor do emprego, do crescimento e do investimento visa apresentar um plano global que contemple medidas do lado da oferta e do lado da procura. Deve tratar-se de um esforço conjunto, com intervenções tanto a nível europeu como a nível nacional, financiadas com recursos públicos e privados. O pacote será orientado para investimentos que garantam um elevado rendimento em termos económicos e sociais. Será necessário identificar os projetos adequados e acelerar a preparação dos projetos em curso. Será igualmente necessário utilizar de forma mais eficaz os recursos financeiros da UE. A União dispõe de uma série de instrumentos financeiros para apoiar o emprego e o crescimento em todo o continente, incluindo através da mobilização de investimentos privados. Se for confirmado, tenciono trabalhar com os meus colegas Comissários e o Banco Europeu de Investimento no sentido de maximizar o impacto desses instrumentos e aproveitar o mais possível a sua dimensão europeia, concentrando-os no crescimento gerador de emprego. O plano global deverá incluir outras prioridades do novo mandato, como a conclusão do mercado único. Um elemento crucial será a criação de uma União dos Mercados de Capitais e de um setor bancário estável, a fim de continuar a melhorar a capacidade do sistema financeiro de contribuir para financiar os investimentos a longo prazo. As empresas têm necessidade de um acesso mais fácil a fontes alternativas de financiamento. Deve ser possível a circulação dos capitais dentro da União, em função da procura. Em consonância com as orientações políticas do Presidente eleito, o meu objetivo consistirá em apresentar o pacote a favor do emprego, do crescimento e do investimento nos primeiros três meses do nosso mandato.

No que respeita à revisão intercalar da Estratégia Europa 2020, o ponto de partida será o resultado do exercício de consulta em curso, que termina no fim de outubro. Congratulo-me vivamente com o contributo do Parlamento Europeu neste contexto e espero continuar a colaborar com este, a fim de poder intensificar os nossos esforços para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Juntamente com os meus colegas, avaliarei com atenção os resultados das consultas, extrairéi conclusões sobre a aplicação da estratégia e examinarei vias possíveis para o seu desenvolvimento futuro. A Comissão também examinará a aplicação do «pacote legislativo de seis medidas» e do «pacote legislativo das duas medidas» e apresentará as suas conclusões. O calendário preciso da revisão deverá ser determinado de forma colegial, mas a revisão constitui uma prioridade dos primeiros meses da nova Comissão.

Uma prioridade geral fundamental, tanto a curto como a longo prazo, será a de colocar especial ênfase na criação de condições gerais adequadas e na adoção de medidas políticas favoráveis ao crescimento sustentável e à criação de emprego. Um programa de reformas estruturais bem concebido e eficaz é um elemento essencial da resposta da União à crise. As minhas prioridades neste domínio incluem a promoção de um ambiente empresarial favorável ao crescimento e um clima de empreendedorismo; o desenvolvimento do mercado interno de bens e serviços; a realização de novos progressos no estabelecimento do mercado único digital e do mercado interno da energia; o estabelecimento de um sistema fiscal favorável ao crescimento que incentive a trabalhar e a fazer escolhas sustentáveis; uma administração pública mais eficiente e ao serviço dos cidadãos, bem como a competitividade industrial. A Europa tem de continuar a ser, ou de tornar-se, um local mais atrativo para o investimento, o trabalho e a produção. Na prossecução

destas e de outras reformas, prestarei a máxima atenção aos efeitos no emprego das propostas da Comissão e ao seu impacto na criação de postos de trabalho e no crescimento sustentáveis a longo prazo. O meu objetivo será também garantir que a preocupação por uma regulamentação mais adequada e pela competitividade seja sistematicamente integrada nos trabalhos da Comissão, em estreita ligação com os outros Vice-Presidentes.

Apoiarei a Vice-Presidente responsável pelo Orçamento e Recursos Humanos na preparação da revisão de 2016 do quadro financeiro plurianual. O orçamento da UE é o principal instrumento financeiro da União para apoiar o crescimento. Velarei para que se maximize no orçamento o impacto das despesas de apoio ao emprego, ao crescimento, ao investimento e à competitividade.

Todas as medidas legislativas e não legislativas estarão sujeitas ao procedimento de tomada de decisões colegial. Pretendo que a formulação de políticas baseada em dados sólidos e os princípios da iniciativa «legislar melhor» constituam indicadores importantes para o meu trabalho e aconselharei os meus homólogos a fazer o mesmo. Trabalharei em estreita colaboração com o Vice-Presidente responsável pelo pelouro «Legislar Melhor, Relações Interinstitucionais, Estado de Direito e Carta dos Direitos Fundamentais» e com outros colegas para assegurar que a legislação seja favorável à inovação, promova a competitividade sustentável e não imponha encargos desproporcionados às PME. A qualidade da legislação baseada em avaliações de impacto sólidas e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade serão as pedras angulares das minhas decisões sobre se recomendar ou não a inclusão de uma iniciativa no Programa de Trabalho da Comissão ou na ordem de trabalhos do Colégio.

A qualidade das políticas e da legislação também depende de uma base de conhecimentos sólida e de uma consulta equilibrada das partes interessadas. Compreendo a importância de debates precoces e extensos com as partes interessadas. As empresas e as outras partes interessadas são os destinatários finais da legislação da UE. As suas observações e solicitações têm de ser escutadas e tidas em conta. Consequentemente, manterei contactos com todas as partes interessadas legítimas, incluindo os representantes das empresas, os consumidores, os trabalhadores, as ONG, a sociedade civil e o mundo académico, entre outros, se for caso disso. Este processo deve ser, e será, transparente e guiado pela única ambição de encontrar as melhores soluções no interesse da Europa. Apoio inteiramente o Presidente eleito Juncker na sua ambição de liderar uma administração pública moderna, eficiente e transparente e desejo tornar público, no meu sítio Web, todos os contactos e reuniões que realizar com organizações profissionais ou trabalhadores independentes sobre qualquer questão relacionada com a elaboração e a execução das políticas da UE.

8. Cooperação/controlo

Enquanto Vice-Presidente competente para o Emprego, o Crescimento, o Investimento e a Competitividade, como virá a gerir a coordenação com os Comissários da sua equipa e com os outros Vice-Presidentes cujos domínios de intervenção tenham impacto sobre a sua área de competências ou vice-versa? Além disso, como tenciona assegurar uma cooperação reforçada com a Comissão da Indústria, da Energia e da Investigação? Nomeadamente, que medidas tomará para facilitar o controlo por esta última dos processos legislativos e não legislativos (incluindo a elaboração de atos legislativos e atos delegados e de atos execução), assim como o controlo da sua implementação?

As prioridades atrás definidas refletem importantes prioridades gerais da Comissão, que só poderão ser concretizadas em colaboração com os outros Vice-Presidentes e Comissários competentes. Através da minha atividade, espero poder impulsionar e orientar os esforços para alcançar de forma mais eficaz o nosso objetivo comum e contribuir para garantir a coerência e o enfoque globais sobre o imperativo de promover o crescimento, o emprego e a competitividade.

Manterei um contacto permanente com os Comissários que trabalham para atingir os nossos objetivos de emprego, crescimento, investimento e competitividade, tanto a nível bilateral como coletivo. Trabalharei igualmente em estreita coordenação com os outros Vice-Presidentes, de modo a que juntos consigamos uma voz firme na Comissão, a fim de colocar na primeira linha as considerações relacionadas com o emprego, o crescimento, o investimento e a competitividade.

É essencial uma estreita cooperação, não só na Comissão, mas também entre as instituições europeias, de modo a que possamos alcançar as nossas prioridades mútuas para benefício dos cidadãos. Procurarei garantir que todas as comissões parlamentares, incluindo a Comissão da

Indústria, da Energia e da Investigação sejam plenamente informadas ao mesmo tempo que o Conselho sobre quaisquer desenvolvimentos importantes.

No que respeita à questão específica relativa à consulta de peritos, ver a minha resposta à pergunta 5.